

AS VANTAGENS DO TRABALHO REMOTO NO SETOR PÚBLICO

THE ADVANTAGES OF REMOTE WORK IN THE PUBLIC SECTOR

Erivelton Corrêa da Silva

Graduação Tecnológica em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Rondônia, Brasil

E-mail: erivelton28@gmail.com

Dr^a Marineide Martiniano do Nascimento

Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

E-mail: profneidemn@gmail.com

Recebido: 08/07/2025 – Aceito: 17/07/2025

Resumo

O trabalho remoto, que já era uma prática adotada em algumas empresas privadas, ganhou relevância e se disseminou rapidamente para diversos setores durante a pandemia de Covid-19. No setor público, reconhecido por sua natureza conservadora e pela relutância a mudanças abruptas, o teletrabalho foi implementado na condição de uma resolução temporária para reduzir a disseminação do vírus, o que findou promovendo uma transformação tecnológica expressiva e modificando a rotina dos funcionários públicos. E diante desse contexto este estudo tem como objetivo examinar de maneira crítica os impactos, benefícios e obstáculos do home office no setor público durante a fase de implementação emergencial da pandemia. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com base em uma abordagem qualitativa, a partir de análise documental legislativa e governamental, como também, fontes primárias e secundárias. Os resultados obtidos apresentam que o trabalho remoto contribui para economizar recursos financeiros ao reduzir a necessidade de espaços físicos e a manutenção de grandes instalações, além de aumentar a produtividade e a eficiência no trabalho. Desse modo, conclui-se que essa modalidade de trabalho possibilita uma flexibilidade ao profissional, condicionando a trabalhar de qualquer lugar que esteja, garantindo a produtividade eficiente nos serviços e reduzindo gastos no ambiente de trabalho e tempo de deslocamento, podendo ainda, fortalecer a convivência do profissional em família.

Palavras-chave: Benefícios. Serviço Público. Teletrabalho. Trabalho à Distância.

Abstract

Remote work, already a practice adopted in some private companies, gained prominence and rapidly spread to various sectors during the COVID-19 pandemic. In the public sector, known for its

conservative nature and reluctance to abrupt changes, telework was implemented as a temporary solution to reduce the spread of the virus, ultimately promoting significant technological transformation and changing the routines of public employees. Given this context, this study aims to critically examine the impacts, benefits, and obstacles of remote work in the public sector during the emergency implementation phase of the pandemic. The methodology used was bibliographic research based on a qualitative approach, drawing on legislative and governmental document analysis, as well as primary and secondary sources. The results show that remote work contributes to financial savings by reducing the need for physical space and the maintenance of large facilities, in addition to increasing productivity and work efficiency. Thus, it is concluded that this type of work allows flexibility to the professional, allowing them to work from wherever they are, ensuring efficient productivity in services and reducing expenses in the work environment and travel time, and can also strengthen the professional's family life.

Keywords: Benefits. Public Sector. Teleworking, Remote Work.

1. Introdução

A pandemia de Covid-19 causou mudanças profundas nas interações laborativas em escala global, acelerando de forma sem precedentes a adoção do teletrabalho enquanto tática para conter o espargir do agente patógeno. No setor público, historicamente caracterizado por uma cultura organizacional presencial e avessa a transformações, essa modalidade foi inicialmente introduzida como uma medida temporária, mas acabou revelando um potencial revolucionário para a governança pública.

A experiência imposta pelo contexto pandêmico permitiu identificar benefícios significativos, como aumento de eficiência, diminuição de custos operacionais e melhoria na vivência dos servidores, mas também expôs desafios estruturais ligados à infraestrutura tecnológica, proteção de informações e gerenciamento de equipes à distância. Contudo, é relevante compreender quais foram os efeitos, vantagens e dificuldades do teletrabalho no setor público ao longo da fase de implementação emergencial da pandemia, posto que o globo enfrentava uma mudança abrupta em seus processos habituais de ofício.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo examinar de maneira crítica os impactos, benefícios e obstáculos do home office no setor público durante a fase de implementação emergencial da pandemia. O mesmo pressupõe do princípio de que o conhecimento obtido nesse período oferece insights valiosos para repensar os modelos de ocupação na administração pública de modo mais

permanente e organizada. A análise foca em entender como o labor à distância pode fomentar para elevar a eficácia dos serviços estatais, fomentar a sustentabilidade organizacional e otimizar as condições laborais dos servidores, concomitantemente a identifica as adaptações necessárias para viabilizar essa modalidade em perspectiva laboral prolongada

A relevância deste estudo fundamenta-se na exigência urgente de modernizar a gestão pública e alinhá-la às novas realidades do mundo pós-pandemia. O setor público, enquanto uns dos primordiais empregadores e prestadores de serviços essenciais não podem ignorar as transformações digitais e organizacionais que estão redefinindo as relações empregatícias contemporâneas. Através de um método que combina investigação documental de casos práticos, esta pesquisa busca fornecer elementos para a formulação de diretrizes governamentais que incorporem os aprendizados da pandemia em modelos híbridos para execução de funções diversas, equilibrando flexibilidade e eficiência no serviço público.

A abordagem utilizada reconhece que a adoção do trabalho a distância no setor público não deve ser simplesmente replicada da iniciativa privada, mas exige soluções personalizadas que considerem as particularidades da administração pública, incluindo questões como igualdade no acesso a recursos tecnológicos, manutenção do padrão do que é fornecido à população e conservação dos princípios constitucionais que regem o serviço público.

Ao explorar essas dimensões, o estudo pretende incrementar a discussão sobre a modernização do *O Estado e a modernização da gestão pública para o progresso sustentável* e mais ágil, resiliente e adaptada às demandas atuais.

2. Revisão da Literatura

Conceito de Trabalho Remoto

A adoção do regime à distância no setor governamental revelou obstáculos estruturais específicos, exigindo adaptações tecnológicas significativas, elaboração de diretrizes sólidas para proteção de dados confidenciais e treinamento de funcionários para uma gestão autônoma eficaz. Simultaneamente, foi necessária a

implementação de mecanismos inéditos para análise de produtividade alinhada ao contexto do exercício profissional remoto.

As lições aprendidas mostram que, embora essa abordagem ofereça benefícios quantificáveis — como aumento de eficácia, racionalização de custos e aprimoramento na conciliação entre vida íntima e laborativa —, sua consolidação definitiva depende de reformas institucionais abrangentes. Essas alterações envolvem desde a atualização de infraestrutura digital até a revisão de fluxos e métodos administrativos, sempre visando assegurar a qualidade na oferta de atendimentos fundamentais aos cidadãos. O cenário de crise sanitária evidenciou que a estabilização do emprego à distância na administração pública exige um projeto estratégico detalhado e normas específicas, que equilibrem a indispensável adaptabilidade com os requisitos de efetividade e padrão que orientam o serviço público. Segundo Daft (2012):

“o trabalho remoto proporciona flexibilidade e autonomia aos trabalhadores, características que têm se mostrado vantajosas e aplicáveis em diversas áreas, incluindo o setor público. Essa modalidade permite que os colaboradores gerenciem seus horários e realizem suas atividades em um ambiente mais confortável, o que pode resultar em maior produtividade e satisfação no trabalho.”

Diante do exposto, observa-se que o modelo domiciliar se configura como uma modalidade que viabiliza a realização de tarefas fora do espaço convencional, ampliando a maleabilidade e podendo ocorrer no âmbito residencial.

2.2 - Desempenho e eficácia a no Trabalho Remoto

O exercício do trabalho à distância tem se consolidado como um método produtivo para elevar o rendimento e a competência no âmbito estatal. A supressão do trajeto diário possibilita que os empregados otimizem seu horário laboral, com mais energia e dedicação às atribuições. Estudos indicam que, em diversos casos, o espaço doméstico — quando bem preparado — gera menos distrações comparadas ao ambiente corporativo tradicional, promovendo maior atenção e eficiência.

A adaptabilidade na organização do tempo é outro elemento que favorece a performance no regime domiciliar. A liberdade para distribuir afazeres conforme a rotina individual permite que os servidores aprimorem sua execução, elevando a rapidez e o padrão dos atendimentos. Essa tendência tem sido verificada em várias instituições públicas, onde o emprego remoto está vinculado a avanços notáveis nos parâmetros de avaliação.

O emprego de recursos digitais, como softwares de cooperação, aplicativos de monitoramento de atividades e acesso virtual a arquivos, também é crucial para preservar a produtividade. Esses instrumentos simplificam a coordenação das obrigações e permitem que líderes acompanhem entregas mesmo à distância, assegurando a operação dos serviços com competência.

"A utilização de tecnologias digitais colaborativas, sistemas de gestão de tarefas e plataformas de compartilhamento de documentos constitui elemento fundamental para manter a eficiência operacional no trabalho remoto. Essas ferramentas otimizam a coordenação de equipes e possibilitam o acompanhamento gerencial à distância, garantindo a continuidade dos processos organizacionais" (CHIAVENATO, 2020, p. 213).

No entanto, para que o emprego à distância atinja sua plena capacidade, é imprescindível que os servidores disponham de suporte tecnológico apropriado, instrução e regulamentações bem estabelecidas. Aplicações em dispositivos, capacitações e objetivos transparentes são essenciais para manter a eficiência em perspectiva duradoura. Quando aplicado de forma organizada, o regime domiciliar pode firmar-se como um esquema proveitoso, auxiliando na construção de uma gestão pública mais dinâmica, competente e sintonizada com as exigências contemporâneas.

2.3 - Bem-estares dos Funcionários Públicos

O Trabalho virtual no âmbito estatal gera efeitos relevantes no conforto dos servidores, principalmente ao favorecer um equilíbrio mais harmonioso entre carreira e vida privada. A ausência de deslocamentos cotidianos diminui expressivamente o período gasto em transportes e os cansaços físico e emocional relacionados, sobretudo em metrópoles. Esse tempo recuperado pode ser

direcionado a hábitos de saúde, relações familiares e recreação, promovendo um cotidiano mais equilibrado.

A adaptação de horários intrínseca ao formato remoto facilita a compatibilização entre obrigações laborais e pessoais, especialmente para quem tem encargos domésticos. Essa liberdade na disposição da agenda está ligada a um maior contentamento no emprego e diminuição dos perigos de estresse. O lar, por proporcionar condições mais personalizadas, também impacta positivamente o equilíbrio emocional.

"A autonomia na gestão do horário de trabalho, característica marcante do regime remoto, favorece significativamente a conciliação entre vida profissional e pessoal, particularmente para trabalhadores com responsabilidades familiares. Essa flexibilidade está correlacionada com maior satisfação laboral e redução dos níveis de estresse, enquanto o ambiente doméstico personalizado contribui para o equilíbrio psicológico" (FRIEDMAN, 2014, p. 78).

Contudo, o modelo traz dificuldades que requerem cautela, como a complexidade em separar claramente âmbito profissional e privado, podendo gerar excesso de tarefas. A redução do contato presencial representa outro risco potencial para a saúde psicológica. Tais fatores necessitam de ações institucionais que harmonizem eficácia e conforto, incluindo estabelecimento de cronogramas definidos, estímulo a intervalos e manutenção de vias ágeis de diálogo.

Quando corretamente aplicado, o trabalho à distância surge como uma opção viável para unir operacionalidade administrativa e conforto no serviço público, gerando vantagens tanto para os empregados quanto para a gestão. Sua eficiência, porém, está condicionada a uma estruturação adequada e suporte institucional permanente.

2.4 Legislações Vigentes e Atos regulamentares sobre o trabalho Remoto a nível Estadual

A Resolução CNJ nº 343/2021 e a Regulamentação do Trabalho digital para Pessoas com Deficiência e dependentes legais PCD no Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu, por meio da Resolução nº 343 de setembro de 2021, normas específicas para a implementação do regime remoto no

âmbito do Judiciário brasileiro, com atenção especial aos servidores com deficiência.

Em consequência dessa resolução o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia através da resolução 198/2021 estabeleceu diretrizes para a modalidade a distância, complementando as disposições anteriores sobre a matéria. Este marco regulatório reflete a adaptação institucional às novas dinâmicas laborais, buscando equilibrar eficiência organizacional com flexibilidade funcional.

- Disposições Principais da Norma

O ordenamento jurídico interno do TJRO prevê a possibilidade de exercício funcional não presencial para determinadas categorias de servidores, excetuando-se aqueles cujas atribuições demandem atuação física obrigatória. A seleção dos beneficiários observa critérios prioritários estabelecidos na norma, com destaque para:

- Profissionais com necessidades especiais comprovadas
- Servidores portadores de condições médicas específicas
- Colaboradores com responsabilidades familiares diretas

O Poder Executivo do estado de Rondônia estabeleceu, por meio do Decreto nº 26.869 de janeiro de 2022, as normas para implantação do teletrabalho no serviço público estadual. Esta regulamentação visa modernizar a gestão, oferecendo flexibilidade aos servidores enquanto mantém a eficiência dos serviços prestados à população.

O decreto aplica-se aos servidores efetivos e comissionados dos órgãos estaduais, exceto para aqueles cujas funções exijam presença física obrigatória. Ele prevê duas modalidades principais: o regime híbrido (alternando dias presenciais e remotos) e o regime integral (totalmente a distância, quando possível).

Para aderir ao sistema, o servidor precisa ter suas atividades compatíveis com o trabalho on-line, apresentar bom desempenho funcional e contar com infraestrutura adequada. O poder público se compromete a fornecer os

equipamentos necessários, enquanto cabe ao servidor garantir conexão à internet e manter a produtividade equivalente ao trabalho presencial.

Entre os benefícios observados estão a redução de custos operacionais, maior satisfação dos servidores e continuidade dos serviços em situações emergenciais. No entanto, a implementação enfrentou obstáculos como a necessidade de adaptação cultural, investimentos em tecnologia e a definição de métodos eficientes de acompanhamento. O decreto está alinhado com a legislação federal, especialmente o Estatuto dos Servidores Públicos, e representa um avanço na modernização da administração estadual, oferecendo novas possibilidades de organização do trabalho no setor público.

O Poder Legislativo do estado de Rondônia através do Decreto Legislativo nº 26.869/2022, instituído pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, regulamenta o regime de teletrabalho (home office) para os servidores do Poder Legislativo estadual, estabelecendo diretrizes para sua implementação e funcionamento. A norma visa adequar a administração pública às novas dinâmicas, especialmente após as transformações decorrentes da pandemia de COVID-19, que aceleraram a adoção de modelos remotos no setor público.

3. Metodologia

Este trabalho adotou como abordagem a busca bibliográfica sistemática com pesquisa documental, seguindo as diretrizes metodológicas para trabalhos científicos. O estudo foi desenvolvido em duas etapas principais:

3.1 - Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de uma revisão sistemática de obras fundamentais que abordam a temática central deste estudo. Foram selecionadas fontes primárias e secundárias, incluindo livros, artigos científicos e relatórios governamentais, com o objetivo de embasar teoricamente a análise e garantir a robustez acadêmica do trabalho.

3.2 – Análise documental legislativa e governamental

Como forma de pesquisa documental e legislativa foi empregada uma abordagem qualitativa fundamentada em análise documental e exame normativo, tendo como fontes primárias os sítios eletrônicos oficiais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO) e do Executivo estadual

4. Resultados e Discussão

4.1 - Redução de Custos

A implementação do teletrabalho na administração pública tem proporcionado uma queda expressiva nos gastos vinculados à infraestrutura e manutenção. Com os funcionários exercendo suas atividades à distância, as entidades governamentais podem otimizar a utilização de espaços físicos, diminuindo ou mesmo eliminando a necessidade de amplos escritórios para alocar todos os colaboradores. Isso resulta em economias consideráveis em despesas como locação, contas de luz, água, além de custos com higienização e vigilância, indispensáveis para a conservação de ambientes convencionais.

Além disso, o trabalho à distância também influencia positivamente os gastos com a conservação de móveis e utensílios de escritório. No modelo presencial, itens como mesas, cadeiras, impressoras e computadores estão sujeitos a um uso contínuo e intenso, exigindo reparos e trocas periódicas. No teletrabalho, esses itens são menos utilizados, o que diminui a necessidade de manutenção e prolonga sua durabilidade, gerando economia a longo prazo.

A queda nos gastos com materiais de escritório é outro benefício do trabalho em domicílio. No ambiente físico, o consumo de papel, materiais de escritório, descartáveis e produtos de limpeza é constante. Com o teletrabalho, a necessidade por esses materiais reduz significativamente, o que, além de cortar despesas, favorece práticas mais sustentáveis, como a diminuição do uso de papel e plásticos descartáveis. Esse efeito positivo no consumo de recursos também fortalece a imagem da administração pública como uma instituição responsável e comprometida com ações sustentáveis.

Essas economias podem ser direcionadas para investimentos em áreas prioritárias, como a digitalização dos préstimos do estado, a capacitação dos funcionários, além de avanços tecnológicos para sustentar o trabalho em regime remoto com segurança e eficácia. Assim, a diminuição de gastos com infraestrutura e manutenção, proporcionada pelo teletrabalho, contribui não apenas para aliviar o orçamento público, mas também para melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos à população.

4.2 Sustentabilidade e Impacto Ambiental

A adoção do teletrabalho na administração pública tem um efeito positivo no meio ambiente, principalmente devido à redução significativa dos deslocamentos diários dos servidores. Com menos pessoas se locomovendo até os escritórios, diminui-se a circulação de veículos nas vias, o que reduz a emissão de gases poluentes, como o dióxido de carbono (CO₂), um dos principais responsáveis pelo aquecimento global. Esse impacto é especialmente relevante em grandes centros urbanos, onde o transporte é uma das maiores fontes de contaminação do ar.

Ao reduzir o uso de veículos para o deslocamento diário, o teletrabalho contribui para uma menor pegada de carbono dos servidores públicos e da administração como um todo. Esse benefício é ainda maior quando consideramos que muitos servidores utilizam carros particulares para se locomover, gerando emissões que poderiam ser evitadas com o trabalho à distância. Além disso, menos veículos nas ruas também ajudam a reduzir outros tipos de poluição, como a sonora, que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores das cidades.

Outra vantagem ambiental do teletrabalho é a redução da demanda por grandes estruturas físicas de escritório, o que diminui o consumo de energia elétrica, água e outros recursos necessários para manter esses ambientes em funcionamento. Com um menor uso desses recursos, a administração pública pode reduzir substancialmente seu consumo energético e hídrico, além de diminuir a geração de resíduos, como papel, descartáveis e outros materiais comuns em escritórios.

O impacto positivo do teletrabalho na sustentabilidade vai além dos benefícios diretos ao meio ambiente. Ao implementar práticas de tarefas remotas, a administração pública se posiciona como um modelo de responsabilidade ambiental e compromisso com a sustentabilidade. Essa postura pode incentivar outras instituições e empresas a adotarem ações sustentáveis, ajudando a promover uma cultura de redução de emissões e consumo consciente.

Portanto, a redução do deslocamento dos servidores no teletrabalho não só contribui para uma menor pegada de carbono, como também reforça a sustentabilidade como um valor essencial para a gerência pública. Ao adotar o trabalho por conexão a distância, os órgãos públicos podem alinhar suas práticas às metas globais de redução de emissões e ao compromisso de preservar o meio ambiente para as futuras gerações, tornando-se agentes ativos no combate às mudanças climáticas.

4.3 Desafios e Limitações do Teletrabalho no Setor Público

A implementação do teletrabalho no setor público, embora apresente benefícios significativos, enfrenta obstáculos estruturais e operacionais que exigem atenção estratégica para sua aplicação eficiente. Entre as principais limitações, destaca-se a segurança e confidencialidade de dados, uma vez que o acesso remoto a informações sensíveis aumenta a exposição a vazamentos e ataques virtuais.

Para mitigar esses riscos, torna-se essencial o investimento em tecnologias avançadas, como redes privadas virtuais (VPN's), sistemas de criptografia e autenticação multifatorial, complementados por programas de treinamento em segurança digital para os servidores. Outro desafio relevante refere-se à infraestrutura tecnológica inadequada, que compromete a eficácia do trabalho em regime home office. A desigualdade no acesso a equipamentos modernos, conexões estáveis de internet e suporte técnico especializado exige que os órgãos públicos forneçam recursos básicos, como computadores e assistência remota, para garantir condições equitativas.

No âmbito da gestão de desempenho, a ausência de supervisão presencial dificulta a avaliação tradicional baseada em tempo, exigindo a adoção de métricas focadas em resultados. Ferramentas de acompanhamento transparentes e a definição de objetivos claros surgem como alternativas para manter a produtividade sem comprometer a autonomia dos servidores.

Adicionalmente, o isolamento social e a dificuldade em separar vida profissional e pessoal afetam negativamente o cotidiano servidores. A redução das interações sociais pode levar à desmotivação, enquanto a sobreposição de espaços domésticos e laborais eleva o risco de esgotamento (burnout). Políticas de horários flexíveis, incentivo a pausas regulares e a promoção de atividades virtuais de integração são medidas fundamentais para preservar a saúde mental e o engajamento.

Por fim, a resistência cultural à mudança representa um desafio sistêmico, dado o caráter tradicionalista do setor público. A transição para um modelo remoto requer não apenas ajustes normativos, mas também uma transformação na mentalidade organizacional, com ênfase na cultura de confiança e na valorização de resultados em detrimento da presencialidade.

A superação desses desafios exige um planejamento integrado, abrangendo investimentos tecnológicos, capacitação contínua e adaptações nas práticas gerenciais. Uma implementação estruturada do teletrabalho permitirá ao setor público aproveitar seus benefícios — como diminuição de custos e maior flexibilidade —, assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade dos serviços prestados e o bem viver dos servidores.

4.4 Implicações Práticas

Para implementar o teletrabalho de forma eficiente no setor público, algumas práticas são indispensáveis:

- **Programas de Capacitação em Segurança Digital:** O setor público lida com dados confidenciais, por isso, programas de treinamento em segurança digital são essenciais para que os servidores compreendam a importância de proteger informações sensíveis e possam trabalhar com maior segurança.

- **Acompanhamento da Saúde Mental dos Servidores:** O isolamento e o aumento das demandas podem afetar a saúde mental dos servidores. Programas de suporte psicológico, fóruns de discussão e iniciativas para promover o engajamento e a interação social, mesmo que virtualmente, são recomendados para minimizar o impacto do isolamento.
- **Políticas de Objetivos e Avaliação de Desempenho:** Para que essa modalidade de labor seja eficaz, é importante adotar um sistema claro de metas e indicadores de desempenho que permitam avaliar o cumprimento das tarefas com base em resultados. Ferramentas de monitoramento e gestão de tarefas também podem ser úteis para manter a transparência e a eficiência.
- **Incentivo a Ações Sustentáveis:** Investir em tecnologias que promovam a redução do uso de papel e outros materiais no teletrabalho contribui para uma administração pública mais sustentável e alinhada com políticas ambientais.

5. Conclusão

Este estudo identificou diversas vantagens do teletrabalho no setor público, destacando-se a diminuição de gastos e o aumento da eficiência. A implementação do trabalho remoto contribui para economizar recursos financeiros ao reduzir a necessidade de espaços físicos e a manutenção de grandes instalações. Custos com aluguel, contas de energia, higienização e materiais de escritório são minimizados, permitindo uma distribuição mais eficaz do orçamento público.

Além disso, o teletrabalho tem potencial para elevar a produtividade, pois elimina o tempo gasto no deslocamento e permite uma gestão mais flexível do tempo, resultando em um ambiente funcional mais concentrado e adaptado às necessidades dos servidores. A modalidade também proporciona um impacto positivo na sustentabilidade, reduzindo emissões de carbono e promovendo práticas mais conscientes.

Recomendações para Pesquisas Futuras

Embora o presente estudo tenha elucidado aspectos relevantes sobre a implementação do home office no setor público, identificam-se lacunas no conhecimento que merecem investigação aprofundada em estudos subsequentes.

Primeiramente, sugere-se a realização de pesquisas que avaliem o impacto do trabalho remoto na qualidade das atividades estatizadas, com enfoque em métricas objetivas como tempo de resposta, eficiência processual e satisfação dos usuários. Tal abordagem permitiria verificar se a descentralização do trabalho compromete ou potencializa a excelência no atendimento ao cidadão.

Outra linha de investigação prioritária diz respeito à análise longitudinal da satisfação dos servidores e do clima organizacional em regimes remotos. Seria pertinente examinar como fatores como isolamento, flexibilidade e mudanças nas dinâmicas de equipe influenciam o engajamento e a retenção de talentos no médio e longo prazo. Estudos nessa direção poderiam empregar métodos mistos, combinando surveys periódicos com entrevistas em profundidade para capturar nuances qualitativas.

Adicionalmente, recomenda-se uma avaliação comparativa entre modelos híbridos e totalmente remotos, com o objetivo de identificar quais funções e setores se adaptam melhor a cada modalidade. Pesquisas experimentais que mensurem indicadores de produtividade, custos operacionais e bem-estar em diferentes arranjos no trabalho poderiam oferecer subsídios para políticas públicas mais assertivas.

Por fim, estudos futuros poderiam explorar o papel das tecnologias emergentes, como inteligência artificial e realidade virtual, na mitigação dos desafios atuais do teletrabalho, bem como investigar as implicações do home office para a equidade e inclusão, considerando variáveis como gênero, localização geográfica e condições socioeconômicas dos servidores.

Essas direções de pesquisa contribuiriam não apenas para o avanço teórico no campo da administração pública, mas também para a formulação de políticas mais eficazes e humanizadas de expediente remoto, alinhadas às demandas da sociedade

Referências

CAMARGO, M. A. **Sustentabilidade e trabalho remoto**. São Paulo: Editora Ambiental, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Título do livro: subtítulo**. Edição. Local: Editora, 2020. p. 213.

DAFT, R. L. **Teoria e projeto nas organizações**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DECRETO Nº 26.869, DE 2022. Poder Executivo do Estado de Rondônia.

FRIEDMAN, Stewart D. **Trabalho e vida equilibrados: o modelo dos quatro domínios**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relatório sobre trabalho remoto no setor público**. 2021.

SANTOS, M. F.; OLIVEIRA, P. M. O teletrabalho no setor público: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, [S. l.], 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Normativa Administrativa nº 198/2021**.